

Conclusões

Isabel Andrade

Ao longo destes dois dias de reflexão e debate sobre o futuro das bibliotecas das ciências da saúde foi possível reunir um vasto conjunto de contributos que, pela diversidade e complexidade das questões colocadas e analisadas, constituirão, decerto, um estímulo para a procura de soluções cada vez mais consistentes e inovadoras numa área em constante mudança como é a nossa.

Na conferência inaugural, proferida pela Dr^a Maria de Belém Roseira, após ter salientado o papel dos bibliotecários e das bibliotecas da saúde no fornecimento da informação baseada em evidência científica, quer aos médicos quer aos doentes e suas famílias, pudemos verificar quão importante é o princípio da protecção da saúde de todos os cidadãos, não apenas através da educação das pessoas para alcançarem e manterem esse estado, mas também da prestação de cuidados médicos e de enfermagem àqueles que, malgré tout, adoecem. Verificámos ainda que, apesar da protecção da saúde ser um direito civilizacional, ela pressupõe custos que são imputados ao corpo social no seu todo. E que esta doutrina de solidariedade e os seus benefícios são postos em causa sempre que severas medidas de austeridade reduzem, de forma cega, os recursos de saúde e, conseqüentemente, a percentagem de cidadãos abrangida por eles, pondo em risco a qualidade da saúde e a esperança de vida das populações. A oradora concluiu a sua exposição apelando a que os países europeus cooperem no sentido de criar uma união europeia com um verdadeiro objectivo social – uma verdadeira ‘European Social Union’ e citando Kenneth Rogoff (El País, 16.Março.2014):

(...) Las economías capitalistas han sido espectacularmente eficientes para lograr el aumento del consumo de bienes privados, al menos a largo plazo. En cuanto a los bienes públicos – como, por ejemplo, la educación, el medio ambiente, la atención de salud y la igualdad de oportunidades –, la ejecutoria no es tan impresionante y, a medida que las economías capitalistas se desarrollaban, parecen haber aumentado los obstáculos políticos.

Nas sessões 1 e 4, com o tema “Da informação à tomada de decisão: a comunicação científica”, foi notória a relevância dada às decisões de saúde conscientes da evidência científica e que procuram considerar toda a informação válida disponível e relevante para decidir sobre a questão em causa, com o objectivo de obter ganhos em saúde na prática clínica quotidiana, de forma eficiente e efectiva.

O Prof. Doutor António Vaz Carneiro, com a sua comunicação sobre “Fontes de informação secundária para apoio à decisão clínica: selecção e usos”, partiu de uma reflexão sobre a problemática que a combinação entre a gestão de recursos (cada vez mais escassos e dispendiosos) e a responsabilidade dos médicos na prestação de cuidados eficazes e custo-efectivos cria, no que diz respeito a novas exigências de rigor e racionalização da prática clínica e fez uma abordagem da importância da informação para a tomada de decisão, acentuando o papel que as fontes de informação secundária desempenham na tomada de decisão para apoio à decisão clínica.

Esta questão foi complementada, tendo-nos sido apontada, na segunda parte, a necessidade de obtenção de informação clínica válida e relevante para apoio às intervenções clínicas, através: 1) de uma adequada utilização de sistemas de apoio à decisão; 2) do uso de uma, cada vez mais abrangente, cobertura da linguagem controlada das linguagens de indexação que utilizamos para o tratamento e recuperação da informação, enriquecido com o auxílio de facilitadores nessa recuperação, como é o caso da indexação com o MeSH; 3) da análise da informação disponível ao nível da pesquisa com o nível de profundidade que as revisões narrativas, sistemáticas, etc., a ser conduzidas na investigação e comunicação científica podem revelar, potenciando e projectando o trabalho especializado dos bibliotecários.

O conjunto das comunicações deste tema foi unânime na afirmação de que presença de evidências documentadas para basear as decisões é essencial para uma boa gestão e que a tomada de decisão em saúde, quer seja feita pelos médicos ou outros profissionais, ou mesmo

pelos doentes, está cada vez mais dependente da informação disponível acerca de uma multiplicidade de factores, desde os de índole biológica ou clínica, aos de natureza social ou económica.

Na sessão 2, subordinada ao tema: "Organização e gestão da informação: desafios, problemas e soluções da tecnologia", foi realçada a capacidade de adaptação que as bibliotecas têm vindo a demonstrar a todos os desafios apresentados pela tecnologia. Com efeito, o Doutor Miguel Ferreira, com a sua comunicação: "Um pé no presente, um olhar no futuro... das bibliotecas...", acentuou essa tónica ao afirmar que "ao longo dos tempos, as bibliotecas têm vindo a reinventar-se, a adaptar-se às tendências e às necessidades dos seus utilizadores", salientando que as áreas científicas como a medicina, as ciências da vida ou a física se encontram numa posição privilegiada para tirar partido de novas tecnologias, como as da computação de alto-desempenho, sendo as bibliotecas científicas vitais neste domínio ao afirmarem-se como "agentes fundamentais do processo de comunicação científica".

Pelos vários intervenientes, foram apresentados, ainda, outros desafios e soluções que a tecnologia nos pode trazer num futuro muito próximo (que, alguém dizia, é já hoje) nomeadamente para a gestão e preservação de colecções digitais.

Falou-se em web semântica, curadoria de dados, em cloud computing, etc. De facto, enquanto a web semântica não chega de forma definitiva, mas a maré de informação nos continua a inundar, a curadoria digital parece surgir como o modo humano de administrar o fluxo de conteúdos digitais que nos invade – e links que os nossos amigos partilham nos seus timelines do Facebook ou do Twitter, servem de exemplos tímidos de curadoria... Com efeito, a possibilidade desta filtragem humana já nos é oferecida como um serviço específico de curadoria por alguns sites e permite que se vá coleccionando informação e armazenando dados, a partir de categorias pré-definidas, de forma organizada e com critérios de qualidade assegurados. Foi demonstrado que estes dados podem ser acedidos de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora, não havendo necessidade de instalação de programas ou de armazenar dados e ser, depois, remotamente partilhados.

Mas nesta sessão também se assinalou a necessidade de se inovar ao nível da gestão da informação no quotidiano das nossas organizações tendo sido feita a apologia da "reengenharia", da reorganização estratégica, da alteração das práticas e dos processos organizativos e funcionais, com vista a uma melhoria da qualidade dos serviços que prestamos.

Na sessão 3, coube a cada um dos seleccionados apresentar o seu poster num minuto, tendo sido de realçar a capacidade dos autores se terem focado nos pontos-chave, nas ideias mais importantes, apontando para questões de índole prática nas áreas a que quiseram dar um destaque especial: bibliotecas virtuais, redes sociais, leitores com necessidades educativas especiais, recursos digitais, etc.

Na sessão 5, relativa ao "Direito à informação no «mundo» digital", a Prof^a. Doutora Maria Eduarda Barroso Gonçalves salientou as questões das tensões ao nível do direito à informação no mundo digital em que, por um lado, se protege e incentiva à inclusão e ao acesso e, por outro, a arquitectura das redes fragiliza as regras tradicionais de direitos de autor. Das comunicações apresentadas ficou a certeza de que o caminho a percorrer conduz, cada vez mais, a um reconhecimento da necessidade de adopção de licenças creative commons e de infraestruturas tecnológicas de acesso aberto que permitam a interligação de publicações, dados científicos e programas de financiamento como soluções para o apoio à inovação e ciência aberta na Europa e no mundo.

A Prof^a. Doutora Isabel Loureiro, na sessão 6, sobre "A informação em saúde ao serviço do cidadão", apontou a literacia em saúde, a educação para a saúde e a capacitação em saúde como fulcrais para a melhoria do estado de saúde dos cidadãos, salientando que a necessidade da sua implementação se deve estender, de forma transversal, a todos os elementos da cadeia de saúde. Realçou, ainda, que uma baixa literacia em saúde está associada a uma diminuição da sua qualidade, tendo demonstrado, também, que os níveis de literacia atingidos são importantes factores preditivos de emprego, de participação activa no desenvolvimento comunitário, nos níveis de saúde e de gestão das doenças crónicas.

Das várias comunicações foi possível verificar que, porque existe evidência de que o maior número de internamentos, a maior incidência de doenças ligadas aos comportamentos, o mau uso dos serviços de saúde (com o recurso excessivo aos mesmos) e o uso inadequado de

medicamentos, por exemplo, são uma realidade directamente proporcional aos níveis de literacia dos cidadãos em geral, melhorar a literacia em saúde e a comunicação médico-doente é essencial para efeitos da promoção da saúde, cabendo às bibliotecas, como um dos exemplos do potencial da comunidade enquanto recurso, um papel fundamental nesse domínio.

O painel da sessão 7 relativo à “Cooperação na área da Documentação e Informação de Saúde” em que a Rede ePORTUGUÊSe nos PALOP e as experiências e boas práticas das Bibliotecas Virtuais de Saúde foram abordados, pela Dr^a Regina Ungerer e pela Dr^a Verónica Juan-Quilis, respectivamente, permitiu perceber que fortalecer os países de língua oficial portuguesa através de uma língua comum e estabelecer laços de cooperação dos países sul-sul – de que a rede ePortuguese da OMS é um exemplo de sucesso – é fundamental para que a sinergia entre espaços de informação e de capacitação de recursos humanos seja uma realidade que facilite o intercâmbio de experiências locais como forma de contribuir para o fortalecimento dos sistemas de saúde nestes países.

Ficou demonstrado que a cooperação e a partilha de boas práticas – que o ambiente virtual veio potenciar – é essencial e que apostar na criação de bibliotecas virtuais regionais que permitam uma maior economia ao nível dos custos e fornecem o acesso aos mesmos recursos, independentemente do seu lugar de trabalho, a todos os profissionais de saúde, democratizando o acesso à informação e aos documentos, é contribuir para uma melhor cidadania.

Se o acesso aos cuidados de saúde por todos deve ser visto como um elemento essencial do desenvolvimento social, económico e político, bem como da promoção dos direitos humanos, os fundamentos da organização, recuperação e disseminação de informação passarão sempre pelos bibliotecários que, como dizia, a nossa anfitriã, Susana Henriques, na sua comunicação de ontem, são reconhecidos como “key partners” em qualquer processo que vise assegurar um melhor nível de saúde e bem-estar das populações, valorizando-se sempre a investigação, a formação e a informação rigorosas e independentes.

Isabel Andrade

Presidente do Comité Científico